

# A Marinha Portuguesa no Brasil

Dino Willy Cozza\*

Estudo sintético da contribuição da Marinha Portuguesa para a formação do Estado brasileiro, desde a Descoberta (1500) até a proclamação da Independência, realçando a influência por ela exercida sobre a Marinha de Guerra Brasileira, mesmo depois do 7 de Setembro de 1822.



117

**E**sta matéria tem o propósito de realçar a presença da Marinha Portuguesa no Brasil, desde a chegada de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro, Bahia, em 1500, até o ato formal da separação das

coroas, em 7 de setembro de 1822. Como é óbvio, a Marinha do Brasil formou-se a partir da experiência, da prática e da presença da Marinha Portuguesa no País, que foi a maior criação lusitana. A influência da Marinha

Portuguesa continuou mesmo após a independência política do Brasil, através dos que se mantiveram a prestar serviço à Marinha

\* Capitão-de-Mar-e-Guerra, Fuzileiro naval. Sócio efetivo do IGHMB.

Imperial, fato que gerou personalidades e vultos heróicos portugueses na história naval brasileira, lembrados com carinho até os dias atuais, como é o caso do Almirante Francisco Manuel Barroso da Silva, nascido em Lisboa, Barão do Amazonas, herói da Batalha naval do Riachuelo, cuja memória a Marinha do Brasil homenageia, magnanimamente, a cada onze de junho.

## PORTUGAL E SUA MARINHA

O mais antigo Estado da Europa tem o seu território cercado pela Espanha por todos os lados menos por um: o mar, o oceano. Assim, podemos imaginar Portugal como uma península, cuja ligação com o restante do mundo estava geograficamente dirigido para o mar. Esse grande país, essa gigantesca nação de pequeno território cresceu pelo e para o mar, engrandecendo o mundo como nunca dantes. O uso das rotas de comunicação marítimas obrigou Portugal a buscar sua defesa no mar. Os poderes marítimo e naval não se conquistam repentinamente, fruto de um decreto. Há que se planejar o processo da sua

construção anos a fio, com antecedência de décadas, e a realização de uma estratégia muito bem articulada. Assim, o Poder Naval de Portugal, no início do século XVI, à época do descobrimento do Brasil, começara muitos anos antes.

Recordemos alguns dados: em 1317, a primeiro de fevereiro, Dom Dinis nomeia o genovês Manuel Pessanha, almirante-mor da frota real portuguesa; antes, já, em julho de 1180, a vitória do cabo Espichel marca "o primeiro combate importante que os Portugueses travaram no mar", conforme nos declara o Capitão-de-Mar-e-Guerra Armando da Silva Saturnino Monteiro, da Armada de Portugal, e as glórias colhidas no cabo de Sines, em 1296, prenunciavam o poder naval que se estava construindo; ainda em 1372, a Marinha do Rei "Dom Fernando apresa, em Lisboa, alguns navios mercantes biscainhos e asturianos", conforme noticiam António Moreira e Alcino Pedrosa. No campo do poder marítimo: Dom Fernando concede privilégios a quem construir barcos com mais de cem tonéis, em 1377, e com mais de cinquenta, em 1380; no reina-

do de Dom Afonso V, o Papa Nicolau V sanciona o monopólio português de descobrimento e conquista, pela Bula "Romanus Pontifex"; navegação de reconhecimento no Atlântico, por Diogo de Teive, em 1470; Martin Beháim fixa-se em Portugal, em 1484; carta atlântica de Pedro Reinel, em 1485; Abraão Zacuto chega a Portugal, em 1492, e Beháim conclui a construção do globo terrestre; em 7 de junho de 1494, assinatura do Tratado de Tordesilhas; em 1496, Zacuto publica o "Almanach Perpetuum", obra importante para a navegação; em 1498, Dom Manuel I encarrega Duarte Pacheco Pereira de uma expedição secreta destinada a reconhecer as áreas situadas para além da divisória aceita em Tordesilhas.

## O BRASIL

Em 22 de abril de 1500, Pedro Álvares Cabral consagra o nascimento do Brasil; em 1501, temos uma expedição de reconhecimento ao Brasil; em 1502, João da Nova descobre as ilhas de Ascensão e Santa Helena; em 1511, Duarte Fernandes publica o "Diário da Viagem da Nau Bretoa a Cabo

*Frio*"; cerca de 1514, João de Lisboa publica o seu "*Livro de Marinharia*"; 1519 nos divulga o atlas de Lopo-Homem-Reinéis; de 1526 a 1529, Cristóvão Jacques organiza uma segunda expedição à costa brasileira; em 1530, Dom João III aprova o plano de colonização do Brasil, e Martim Afonso de Sousa larga, da foz do Tejo, para o rio da Prata.

O Brasil estava tomando forma e se organizando.

## O PODER NAVAL PORTUGUÊS

No tocante ao poder naval português, as ações do Infante Dom Henrique forneceram as bases para que Dom João II edificasse a sua política externa apoiado nos canhões navais. À época do descobrimento do Brasil, a Marinha Portuguesa vivia um período de pleno poder. Tomé Cano declara que Portugal possuía então "*para mais de 400 navios de mar alto e mais de 1.500 caravelas e caravelões*". Quanto ao armamento dos navios, o Comandante Eugênio de Castro, nos seus comentários ao "*Diário da Navegação*" de Pêro Lopes de Sousa (1530-1532), refere-se: "*a bombarda em reparo*

*fixo, guarnecendo as amuradas, como as esferas e as columbrinas, e, nos castelos, berços, águias, leões, cães, serpes, basiliscos, rouqueiras, sagres e falcões... Os falconetes, as bombardas, os passa-volantes ou pedreiros, eram o armamento mais comum no que concernia ao poder ofensivo de um navio de guerra. Em geral já atiravam bala de ferro ou de chumbo, e as rouqueiras somente pelouro de pedra*".

## O PODER NAVAL PORTUGUÊS NO BRASIL

### No século XVI

A presença militar de Portugal no Brasil começou através de sua Marinha com a primeira expedição de Cristóvão Jacques, em 1516, e a segunda em 1526, ambas com o propósito militar de proteger as costas do Brasil das investidas dos estrangeiros.

Em 1526, quando Cristóvão Jacques navegava com uma nau e cinco caravelas, pelo través da foz do rio Paraguaçu, na Bahia, avistou três navios franceses que faziam carregamento de pau-brasil. Após um dia inteiro de combate, os portugueses fizeram trezentos prisioneiros.

Foi o primeiro combate naval travado em águas do Brasil. Mais glória para a Marinha Portuguesa.

Mesmo a expedição colonizadora que partira de Lisboa a 3 de dezembro de 1530, sob o comando de Martim Afonso de Sousa teve que apresar três naus francesas que faziam o contrabando de pau-brasil. Ainda, Pedro Lopes de Sousa, quando regressava a Portugal, em agosto de 1532, com a Nau "Nossa Senhora das Candeias" e o Galeão "São Vicente", ataca o forte de bandeira francesa, situado no canal de Itamaracá, comandado por Jean Peret, capitão do navio "La Pèlerine", que se rende após dezoito dias de assédio.

10 de novembro de 1555. A baía do Rio de Janeiro vê o pavilhão do Vice-Almirante francês Nicolas Durand de Villegagnon, ou Villegaignon, cavaleiro da Ordem de Malta, portanto católico, desfraldado no comando de uma expedição composta de dois navios armados e um transporte. Pretendia e fundou a França Antártica. Instalou-se na ilha de Serigipe, depois e até hoje chamada de Villegaignon, local onde está situada a Escola Naval Brasileira. Aí fundou o for-

te a que deu o nome de Coligny, em homenagem a Gaspar de Châtillon, Conde de Coligny, almirante, calvinista, comandante-em-chefe da Armada francesa. Era governador-geral do Brasil Duarte da Costa, desde 1553, com sede na Bahia, sucedendo a Tomé de Sousa. Duarte da Costa não teve recursos navais para expulsar os invasores. Villegaignon pretendia ser o Rei do Brasil. Não conseguiu, mas os franceses permaneceram no Rio de Janeiro por longos doze anos. Enquanto isto, em Portugal morre Dom João III, em 1557, e assume a Regência Dona Catarina, de Áustria, que renunciaria a 12 de dezembro de 1562, sendo substituída pelo Cardeal Dom Henrique, a 23 de dezembro, cuja administração terminaria em 1568, com o início do reinado de Dom Sebastião, "O Desejado", neto de Dom João III.

No primeiro trimestre de 1560, Mem de Sá vai pessoalmente ao Rio de Janeiro, apoiado por uma esquadriha comandada por Bartolomeu de Vasconcelos. Após um combate que durou três dias, expulsou os franceses da ilha e destruiu a fortaleza. Em seguida, os navios portugueses regressaram à

Bahia. E os franceses, auxiliados pelos índios tamoios, reocuparam a ilha e reconstruíram a fortificação. "*O preço da liberdade é a eterna vigilância*". A 1<sup>o</sup> de março de 1565, Estácio de Sá, após ter largado de São Vicente com destino ao Rio de Janeiro, desta feita para ocupar o terreno e evitar essa lacuna, comandando uma expedição de seis navios de guerra, cinco barcos ligeiros e oito canoas, com cerca de duzentos homens embarcados, entre portugueses, mamelucos de São Vicente, escravos da Guiné e índios do Espírito Santo, depois aumentada por três embarcações de João de Andrade, vindas de Salvador, fundou a cidade do Rio de Janeiro, na várzea entre o morro Cara de Cão e o Pão de Açúcar.

Todavia, a simples presença dos luso-brasileiros nas terras do Rio de Janeiro não foi suficiente para afugentar os franceses. Em certas situações só o argumento da força é respeitado. A 18 de janeiro de 1567, Mem de Sá regressa ao Rio de Janeiro com três galeões vindos de Lisboa, sob o comando de Cristóvão de Barros, mais dois navios de guerra que navegavam nas costas do Brasil, e seis ca-

ravelões. Com os luso-brasileiros de Estácio de Sá, que em razão do combate de janeiro de 1567 doou a sua vida à cidade que fundara, e dos índios do valente Ararigboia, da Praia Grande, hoje Niterói, os franceses foram expulsos definitivamente. O sepulcro de Estácio de Sá encontra-se no Rio de Janeiro, na igreja de São Sebastião, junto com o marco padrão da fundação da cidade.

Em 1580, quatro navios de guerra franceses tentaram forçar a barra do Rio de Janeiro. Foram repelidos pelos tiros de três fortes então existentes.

Às vezes, as nações são como as pessoas. Vivem momentos de sorte e outros de azar. Se o início do século XVI foi áureo para Portugal, o seu final não foi tanto. Assim, em 1572, morre Mem de Sá. Em 4 de agosto de 1578, morre Dom Sebastião. Em 10 de junho de 1579, morre Luiz Vaz de Camões. Em 1580, morre o cardeal Dom Henrique. A 15 de abril de 1581, as Cortes de Tomar declararam, como Rei de Portugal, com o título de Filipe I, ao Rei da Espanha, Dom Filipe II, tio de Dom Sebastião. Seriam sessenta anos problemáticos para Portugal.

E o Brasil, como parte de Portugal, sofre as consequências da união dinástica. Os ingleses que estavam em luta contra a Espanha aproveitam as costas do Brasil para descarregar suas iras. Navios de guerra ingleses sob o comando de Eduardo Fenton depredam e saqueiam a cidade de Santos, em 24 de janeiro de 1583. Em dezembro de 1591, o corsário inglês Thomas Cavanaugh assaltou novamente Santos, ocupando-a por dois meses. Em abril de 1595, outro corsário inglês, James Lancaster, com a cooperação dos corsários franceses Verner e Jean Noyer, apoderaram-se do Forte do Bom Jesus, em Pernambuco, e atacam Recife e Olinda.

A ausência do poder naval português incitava a ousadia dos inimigos. E o que se dizer de ingênuos que, nos dias atuais, acreditam em que as guerras não acontecerão jamais e, assim, as Marinhas de Guerra tornaram-se desnecessárias. No mínimo, têm vocação para escravo...

## No século XVII

O período da perda da Independência de Portugal à Restauração, em 1<sup>o</sup> de de-

zembro de 1640, no que diz respeito ao Brasil, não foi de grande atividade para a Marinha Portuguesa, isoladamente, embora nesse ínterim tenha acontecido uma das grandes crises em território brasileiro: a invasão dos holandeses.

Em 4 de novembro de 1615, podemos citar a expulsão dos franceses do Maranhão, onde fundaram a cidade de São Luís, hoje capital do estado, utilizando oito navios e trezentos soldados, a partir de Pernambuco.

E, em agosto de 1616, duas canoas armadas em guerra, sob o comando do alferes Pedro Teixeira e Gaspar de Macedo, incendiaram um navio holandês, em Belém, no Pará.

Os holandeses, ingleses, irlandeses e franceses sempre tiveram interesse pelo rio Amazonas. Para conseguir o seu domínio, teriam que, inicialmente, conquistar a sua foz. Assim, em 1623, Portugal enviou, ao Brasil, Luís Aranha de Vasconcelos, com uma caravela. Em Pernambuco recebeu a colaboração de António Vicente Cochado, conhecedor da foz do Amazonas. Ao passar pelo Maranhão e Pará

recebeu o reforço de uma lancha, um bergantim, seis canoas, cerca de cinquenta soldados portugueses, e trezentos índios armados com arco e flechas. Em 11 de junho começou a campanha. Afundaram uma canoa de índios simpáticos aos holandeses, destruíram dois pequenos fortes holandeses e capturaram 120 prisioneiros, entre holandeses e índios. Na foz do rio Tocantins, receberam o reforço de um caravelão e 22 canoas, sob o comando de Bento Maciel Parente. Este tomou mais dois fortes holandeses. Na foz do rio Cajari, uma nau holandesa foi destruída e seus tripulantes, na maioria, foram mortos.

O ataque à Bahia, em 1624, pelos holandeses através da Companhia das Índias Ocidentais, foi repellido por esquadra composta por forças portuguesas e espanholas. A "Armada da Coroa de Portugal", ou "Armada da Coroa de Portugal do Socorro do Brasil" é a que se segue, conforme nos apresenta o ilustre historiador naval brasileiro, Comandante Max Justo Guedes, na publicação inigualável "História Naval Brasileira":

Armada da Coroa de Portugal  
(ou Armada da Coroa de Portugal do Socorro do Brasil)  
Capitão-General: D. Manuel de Menezes

Almirante: D. Francisco de Almeida (Mestre-de-Campo do Terço da Armada)

Tipo de embarcação	Denominação	Comandante	Tonelagem	Armamento*	Gente de mar	Gente de guerra
Galeão	Santo António e São Vicente (capitânia)	D. Manuel de Menezes	900	28+14	160	450
Galeão	Santana Maior (almiranta)					
Galeão	N. S. da Conceição	D. Francisco de Almeida	520	20+4	110	300
Galeão	São José	Antônio Muniz Barreto	430	11+12	100	200
Urca	Caridade	D. Rodrigo Lobo	400	11+12	100	200
Naveia	Santa Cruz	Langarote de França	300	2+18	90	100
Urca	São João Batista (Sol Dourado)	Constantino de Melo Pereira	280	2+16	80	100
Navio	N. S. do Rosário (do Porto)	Manuel Dias de Andrade	300	2+18	80	100
Navio	N. S. do Rosário Maior	Tristão de Mendonça Furtado	350	0+20	50	150
Navio	N. S. do Rosário Menor	Rui Barreto de Moura e Menezes	330	0+14	50	90
Navio	N. S. das Neves Maior	Cristóvão Cabral	230	0+11	45	85
Urca	São Bartolomeu	Domingos Gil da Fonseca	220	0+10	40	90
Navio	São João Evangelista	Domingos de Câmara	230	0+13	40	110
Navio	N. S. da Ajuda	Diogo Ferreira	220	0+14	45	85
Navio	N. S. da Penha de França	Gregório Soares Pereira	200	0+14	50	80
Navio	N. S. da Boa Viagem	Diogo Varejão	200	0+18	50	60
Navio	N. S. das Neves Menor	Santo do Rego Barbosa	150	0+8	40	50
Navio	São Bom Homem	Gonçalo Lobo Barreto	150	0+8	40	50
Caravela	Conceição	João Casade Jacomo	140	0+8	35	45
Caravela	Rosário	Sebastião Marques	139	0+0	22	10
Caravela	N. S. dos Remédios	Manuel Palhares Lobato	93	0+0	22	10
Caravela	São João	Roque de Montarrosios	120	0+0	22	10
		Cosme de Couto Barbosa	90	0+0	22	10

\* bronze + ferro

OBS.: A tonelada portuguesa era 10% maior que a castelhana.

Ainda nos informa o Comandante Max Justo Guedes:

*“Segundo o Padre Bartolomeu Guerreiro, cronista da expedição, estava ela guarnecida pelo melhor sangue do reino e conduzia dois terços (com cerca de 2.300 soldados), totalizando mais de 4.000 homens de mar e guerra. Um deles era o Terço da Armada, tropa de Infantaria de Marinha (precursora do nosso Corpo de*

*Fuzileiros Navais), criada em Portugal fazia poucos anos (provavelmente em 1618), com o nome de Terço da Armada da Coroa de Portugal (mais tarde, após a Restauração de 1640, denominado Terço da Armada Real do Mar Oceano).”*

Assim, verificamos que os Fuzileiros Navais de Portugal, precursores do atual Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil, atuaram na conquista de Salvador, Bahia,

desastrosa derrota para os holandeses, que estrategicamente significou a expulsão dos batavos do Brasil.

Há um fato acontecido em julho de 1648, relatado pelo Barão do Rio Branco, nas suas “Efemérides Brasileiras”, que bem demonstra a valentia, bravura, espírito-de-corpo e amor à Pátria do pessoal da Marinha Portuguesa. O Almirante de Witte, holandês, largou de Recife e cruzou as águas da

vés de seu filho Dom Pedro, Príncipe da Beira, o Brasil consegue a sua emancipação política. Aquele que seria o Imperador Dom Pedro I, do Brasil, tornar-se-á depois o Rei Dom Pedro IV, de Portugal. A filha deste, Dona Maria da Glória, nascida no Paço do Rio de Janeiro, viria a ser Dona Maria II, de Portugal. Os Braganças deixaram a alma portuguesa no trono do Brasil, e levaram a brasileira para Queluz e Sintra.

A transmigração da família real portuguesa para o Brasil impediu a Junot e a Napoleão que aprisionassem os membros da realeza. Dessa forma, a sede do trono foi instalada no Rio de Janeiro, situação única nas Américas, em que um paço europeu exerceu seu poder.

A primeira sugestão conhecida para a mudança da Corte de Portugal para a terra do Brasil tem por mérito Martim Afonso de Sousa, então donatário de São Vicente, em meados do século XVI, feita a Dom João III.

Anos depois, estava no trono de Lisboa o Cardeal-Rei Dom Henrique. Surgiu a questão dinástica da sucessão. Este aconselhou a Infanta Dona Catarina, Duquesa de Bragança, a mais

legítima pretendente à Coroa portuguesa, que aceitasse a oferta que outro candidato, o Rei Filipe II, da Espanha, a ela havia feito, da cessão do Brasil, podendo o Duque, seu marido, tomar o título de Rei.

Após o falecimento do Cardeal, foi aclamado Rei o Prior do Crato, Dom Antônio. O soberano espanhol levantou forças contra ele. Foi-lhe aconselhado então que seguisse para o Brasil, onde poderia estabelecer o seu trono.

Depois da restauração de Dom João IV, em face dos momentos difíceis que se apresentavam à monarquia portuguesa, o Rei pensou ceder o trono ao filho Dom Teodósio, primeiro Príncipe do Brasil, e, abdicando, vir a reinar no Brasil.

Malgrado o plano, do qual participara o Padre Antônio Vieira, renovou-o o Rei, para a hipótese do casamento daquele seu herdeiro com a filha de Filipe IV, da Espanha.

Durante a menoridade de Dom Afonso VI, a Regente, Dona Luísa de Gusmão, na guerra contra a Espanha, pensou em mandar abrigar-se, no Brasil, o herdeiro da Coroa.

No século XVIII, Dom Luís da Cunha, estadista

português, lembra a conveniência da mudança de Dom João V para o Rio de Janeiro, com o título de Imperador do Ocidente.

Por ocasião do terremoto de Lisboa, o Ministério do Marquês de Pombal mais uma vez cogitou do mesmo plano.

Em 1762, quando a capital esteve ameaçada de invasão espanhola, preparativos teriam sido feitos para o embarque de Dom José I para o Brasil.

Em 1801, o Marquês de Alorna, entre outros, durante nova guerra com a Espanha, esta provocada por Napoleão, aconselhou o Príncipe-Regente a transmigrar para o "grande Império" de que dispunha a Coroa portuguesa no Brasil.

Assim, verificamos que a mudança do trono português para o Brasil era antigo plano do Governo de Lisboa, de cerca de três séculos.

## INSTALAÇÃO NO BRASIL DA ALTA ADMINISTRAÇÃO NAVAL PORTUGUESA

No Rio de Janeiro, desde 7 de março de 1808, o Regente Príncipe Dom João reorganizou o seu ministério. Na pasta da Marinha foi conservado Dom José Ro

drigues de Sá e Meneses, Visconde de Anadia. O Decreto que o reconduziu explicitava a nova situação política do Brasil, como sede do Governo Português, excluindo o Estado do Brasil dentre os Domínios Ultramarinos. A Secretaria de Estado continuou a ser regida pelo Alvará de 1736.

### Guerra à França

A 1ª de maio de 1808, Dom João lançou ao mundo um Manifesto explicando a atitude que tomaria no dia 10 de junho de 1808, declarando guerra à França. Seguiu-se a expedição contra a Guiana Francesa. A Marinha Portuguesa atua com os brigues "Voador", sob o Comando do Capitão-de-Fragata José Antonio Salgado e "Infante D. Pedro", Comandado pelo Capitão-de-Fragata Luís da Cunha Moreira, levando a bordo tropa da Brigada Real da Marinha. A 1ª de dezembro, Caiena caiu sob ataque português. Quatro escunas francesas foram aprisionadas e rebatizadas com o nome de "Lusitana", "Dom Carlos", "Sidney Smith", e "Invincível Meneses". No dia 12 de janeiro de 1809, foi assinada a capitulação. A bandeira portuguesa tremulou,

vitoriosa, na possessão francesa. Quase nove anos a coroa portuguesa dominou a Guiana, ainda hoje um departamento de ultramar da França, único território não independente na América do Sul.

### A Banda Oriental

O início do século XIX encontra na América do Sul a desagregação do domínio espanhol. Novos Estados surgem. Na Banda Oriental ou Uruguai de hoje, o clima também era efervescente. José Gervásio Artigas provoca invasões às fronteiras do Brasil. Dom João tomou providências. Uma divisão portuguesa, denominada de "Voluntários Reais do Príncipe" seguiu a doze de junho de 1816, do Rio de Janeiro para o Sul, embarcada numa divisão naval composta da nau capitânia "Vasco da Gama" (Capitão-de-fragata Pedro Antônio Nunes), arvorando o pavilhão do Chefe-de-Esquadra Rodrigo José Ferreira Lobo; Fragata "Fênix" (Capitão-de-Mar-e-Guerra Francisco Antônio da Silva Pacheco); corveta "Voador" (Capitão-Tenente João Afonso Neto); brigues: "Lebre" (Capitão-de-Fragata Antônio Maria Furtado de Mendonça), "Gaiivota" (Ca-

pitão-Tenente Miguel de Sousa Melo e Alvim), "Falcão" (Capitão-Tenente José Gregório pegado), "Real João" (Primeiro-Tenente Joaquim Bento da Fonseca), "Providente" (Primeiro-Tenente José Joaquim da Costa e Almeida) e "Água Volante" (Mestre Joaquim José Machado); navios: "Sant'Iago Maior" (Segundo-Tenente Francisco de Assis Cabral), "Caridade" (Capitão-Tenente José Rodrigues de Oliveira), "Fênix" (Capitão-Tenente Antonio Joaquim de Avelar), "John Frith" (Capitão-Tenente Frederico Mariath) e "Fênix 2ª" (Primeiro-Tenente João Pedro).

Também do Rio de Janeiro, a 4 de agosto, partia uma nova flotilha composta da corveta "Calipso" (capitânia), sob o comando do Capitão-de-Mar-e-Guerra D. José Manuel de Menezes, posteriormente 1º Marquês de Viana, que também acumulava o comando da flotilha; escuna "Tártara" (Primeiro-Tenente Vitorino A. J. Gregório), brigue "Real Pedro" (Segundo-Tenente José da Costa Couto) e transporte "Patrimônio" (Mestre Antônio Francisco Firmo). Essa força levava a missão de operar em combinação

com a Divisão dos "Voluntários Reais".

A Marinha Portuguesa continuava a ser a parceira do Exército contribuindo, com seu apoio de fogo, apoio logístico, reconhecimento e vigilância, para as vitórias da Força Terrestre. Para operar nas águas do rio Uruguai foi organizada uma flotilha composta pela escuna "Oriental", capitânia, e das barcas "Cossaca", "Mameluca", e "Infante D. Sebastião". O Comando da flotilha coube ao Capitão-Tenente Jacinto Roque de Sena Pereira. A 2 de maio de 1818, a flotilha penetrou o rio, buscando estabelecer a necessária ligação entre as forças do Brigadeiro Carlos Frederico Lecor, futuro Visconde de Laguna, e do General Xavier Curado.

Na ocupação da Banda Oriental, merece destaque o ataque naval a Maldonado, por ser uma vitória importante, na qual a Marinha Portuguesa atuou sozinha. A flotilha do Capitão-de-Mar-e-Guerra Conde de Viana já se encontrava na Baía de Maldonado. O Chefe-de-Divisão Rodrigo José Ferreira Lobo, a 23 de novembro de 1816, a bordo da nau "Vasco da Gama", surta defronte de Maldonado, comunica ao marquês de Aguiar o desem-

barque e ocupação de Maldonado, ocorridos no dia 22, inclusive usando tropa da Brigada Real da Marinha (Fuzileiros Navais), num total de trezentos homens, apoiados por quatro peças de campanha, puxadas em parte por marinheiros, estando à testa deles oficiais da Marinha. A Bandeira Portuguesa tremulou na Torre de Maldonado.

A 22 de janeiro de 1820, em terra, a Batalha de Tacuarembó terminou a campanha com a vitória lusobrasileira.

No mar, o último episódio foi o apresamento do corsário "General Rivera", pela fragata portuguesa "Maria da Glória", comandada pelo Capitão-de-Fragata Diogo Jorge de Brito.

Em 31 de julho de 1821, uma assembléia formada por deputados representantes de todas as localidades orientais votou, unanimemente, a sua incorporação à Coroa Portuguesa, fazendo parte do Estado do Brasil, com o nome de Província Cisplatina.

### A Revolução Pernambucana de 1817

Não é intuito deste trabalho relatar a revolução nativista de 6 de março de

1817, suas causas, a ação da Maçonaria, os reflexos do fato nas capitânicas da Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia, a atuação do Padre José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima, o famoso Padre Roma. É intuito, sim, tratar da ação da Marinha Portuguesa no Brasil. Por isso não será feita análise crítica ou tirada conclusão sobre o movimento político e militar que convulsionou o Nordeste do Brasil, no primeiro quartel do século XIX. Logo após a eclosão da rebelião, os revoltosos sentiram a necessidade de organizar um poder naval, e de ter uma política naval. Até o envio de um agente diplomático, o maçom Antônio Gonçalves da Cruz, aos Estados Unidos da América, para a compra ou fretamento de embarcações, foi realizado.

A reação do Governo Português, no mar, foi pronta. Foi enviada uma esquadilha, sob o comando do Capitão-Tenente Rufino Peres Batista, composta da Corveta "Espírito Santo", também conhecida pelo apelido de "Carrasco", do brigue "Mercúrio", e de uma escuna, em meados de abril, para bloquear o porto de Recife.

No dia 2 de abril deixou outra força o Rio de Janeiro. Compunham-na a fragata "Tetis" (de 30 peças e 320 homens de guarnição, comandada pelo Capitão-de-Fragata Luís da Cunha Moreira; nela seguiu Rodrigo Lobo), capitânia; brigues "Benjamin" (20 peças, Capitão-Tenente Fernando José de Melo Massa) e "Aurora" (20 peças, Capitão-de-Fragata João Felix Pereira de Campos) e escuna "Maria Teresa" (14 peças de calibre 12, e 65 homens de guarnição, Capitão-Tenente D. Nuno José de Sousa Manuel de Meneses).

No final do mês de abril ultimaram-se os preparativos para a partida de outra expedição. Embarcada numa divisão naval comandada pelo Chefe-de-Divisão Brás Cardoso Barreto Pimentel, deixou o Rio de Janeiro a 4 de maio.

Compunham a divisão a nau "Vasco da Gama" (capitânia, 74 peças de calibres 18 e 24, em três baterias. Era navio de grande porte, 182 pés de quilha, construído em Lisboa, onde foi lançado ao Tejo em 1792), mais dez outras embarcações: navio "Santiago Maior" (Capitão-Tenente José de Oliveira), navio "Al-

mirante" (Segundo-Tenente Luís Antônio Ribeiro), e galera "Armonia" (Primeiro-Tenente Isidro da Costa Chaves); galera "Feliz Eugênia" (Segundo-Tenente Manuel Gonçalo Cristóvão), galera "Marquês de Aguiar" (Segundo-Tenente Francisco José Damaso), galera "Joaquim Guilherme" (Capitão Fernando José Carreirão), galera "Olympia" (Capitão-Tenente José Domingues), brigue "Ate-neu" (Segundo-Tenente Estêvão do Vale), sumaca "Bela Americana" (Segundo-Tenente Cipriano José Pires) e sumaca "Bonfim" (Segundo-Tenente José da Fonseca e Figueiredo). Levava embarcada esta divisão forças terrestres totalizando três mil homens, além de artilharia. Em Recife, o Chefe Rodrigo Lobo assumiu o comando-em-chefe. O bloqueio motivou o abandono da cidade pelos rebeldes, a vinte de maio.

## ESTALEIROS E ARSENAIS

Para que tenha uma Marinha é necessário navios e homens que os guarneçam. Sobre os homens será dedicada atenção mais à frente quando for enfocada a Escola Naval, o Corpo de Fu-

zileiros Navais e os Marinheiros Portugueses que permaneceram no Brasil, após sete de setembro de 1822, jóias que a Marinha Portuguesa deixou de herança à Marinha Brasileira.

Quanto aos navios, a riqueza florestal do Brasil foi um incentivo para o desenvolvimento e aprimoramento da construção naval. Na Bahia, sede primeira do governo colonial, foi o local onde primeiro se desenvolveu a construção naval. A Carta Régia de 1650 determinava à "Ribeira das Naus" da Bahia o lançamento ao mar de um galeão, anualmente, de 700 a 800 toneladas.

Em 1714, foi lançada ao mar a nau "Padre Eterno", de um mil toneladas. Ainda, foram construídas a "Nossa Senhora das Palmas", "Santo Antônio", "São Pedro" e "São Francisco".

Em 1666, na Ilha Grande, litoral do Rio de Janeiro, foi criada a fábrica de fragatas, entre as quais a "Madre de Deus".

Em 1764, no Rio de Janeiro, foi criado o que hoje é o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, onde se lançou a nau "São Sebastião". Sobre o estaleiro do Pará serão dedicadas algumas linhas especiais.

## ARSENAL DE MARINHA DO PARÁ

Ao espírito estratégico dos portugueses nunca escapou a importância do rio Amazonas. Em 1728 o Governador e Capitão-General do Maranhão e Grão-Pará, Alexandre de Souza Freire mandou construir, junto ao rio e defronte ao Palácio, telheiros destinados a proteger a construção, reparo e guarda das canoas de guerra. Assim nasceu a "Casa das Canoas", a primeira preocupação governamental portuguesa, com os meios flutuantes no Pará.

Em 1761, o Governador e Capitão-General do Maranhão, Grão-Pará e Rio Negro, Manoel Bernardo de Melo e Castro decidiu instalar, no Hospício do Convento de São Boaventura, em abandono, o Arsenal de Marinha do Pará. A primeira embarcação construída no Arsenal foi a nau "Belém".

Em 15 de setembro de 1800, o Governador e Capitão-General do Grão-Pará, Francisco de Sousa Coitinho, em ofício ao Ministro da Marinha, comunica a construção, em dez anos, de quatro fragatas de 44 canhões, três charruas, três

bergantins e doze chalupas Artilheiras.

Ainda, informava o Governador que o Arsenal contava com mais de dois mil homens.

Em 1804, passou a funcionar, no Arsenal, a Escola de Práticos do Pará.

## ACADEMIA REAL DOS GUARDAS-MARINHA

A preocupação da Marinha Portuguesa com seus navios, inclusive no Brasil, sempre mereceu destaque. Mas, com os seus homens, também manteve especial interesse. Desde a fase essencialmente portuguesa, o Infante Dom Henrique, o promontório de Sagres, e a Aula do Cosmógrafo-Mor, a partir de 1547, viria ser beneficiada a futura Marinha Brasileira pela transmissão de conhecimentos, experiência e tecnologia, pelos marinheiros portugueses que no litoral brasileiro operaram.

Pela Carta de sete de março de 1761, é criado o "Colégio Real dos Nobres", em Lisboa. Em dois de julho de 1761, é criada a graduação de Guarda-Marinha, na Armada Real. A 21 de março de 1762, o Rei Dom José I criou o posto de Tenente-de-Mar. O Decreto

Real de nove de julho de 1774, extinguiu a graduação de Guarda-Marinha. A cinco de agosto de 1779, Dona Maria I cria a "Academia Real de Marinha". A Academia Real de Marinha formava: oficiais combatentes para a Marinha Real, em curso acadêmico de três anos, mais dois anos de embarque, do qual deveria constar viagem ao Brasil ou à Índia; pilotos para a Marinha Real ou Mercante; e oficial engenheiro.

Pelo Aviso de 26 de outubro de 1779, assinado pelo Visconde de Vila Nova da Cerveira à Real Mesa Censória, na pessoa do Arcebispo de Lacedemônia, a Academia Real de Marinha passa a funcionar no Colégio Real dos Nobres, inclusive com a possibilidade de aproveitamento pelos seus alunos. Em quatorze de dezembro de 1782, Dona Maria I, por Decreto, cria a "Companhia de Guardas-Marinha".

Foi recriada a graduação de Guarda-Marinha, que passou a existir em 1761 e fora extinta em 1774. A Companhia de Guardas-Marinha começou a funcionar em 25 de março de 1783, na Casa das Formas do Arsenal Real de Marinha.

De acordo com Alberto Cutileiro, na sua obra "O Uniforme Militar na Armada - Três Séculos de História", tomo II, a "Academia Real dos Guardas-Marinha", alicerce da Escola Naval Portuguesa, foi criada em 1783, em Lisboa, e extinta em Carta de Lei de 23 de abril de 1845.

O Decreto de quatorze de julho de 1788, criou a graduação de Aspirante-a-Guarda-Marinha.

A Carta de Lei de primeiro de abril de 1796, aprovou os Estatutos da Academia Real dos Guardas-Marinha, que estavam em vigor quando de sua mudança para o Brasil. Em 24 de julho de 1807, o Capitão-de-Mar-e-Guerra José Maria Dantas Pereira, Comandante da Companhia Real de Guardas-Marinha desde 1800, foi nomeado Diretor de Estudos da Academia Real dos Guardas-Marinha, cargo que exerceu até 1817, assegurando assim a continuidade no Brasil dos métodos usados em Portugal.

Através da Companhia Real de Guardas-Marinha e da Academia Real dos Guardas-Marinha a Marinha Portuguesa doou ao Brasil uma de suas jóias mais caras, a Escola Naval Brasileira, ce-

leiro de tantos oficiais dignos, ilustres e heróis da História Naval Brasileira.

## A BRIGADA REAL DA MARINHA

Não foi só a Escola Naval que o Brasil herdou de Portugal. Outra organização de elite é fruto direto da presença portuguesa no Brasil. Trata-se do Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil, descendente da Brigada Real de Marinha. Voltemos um pouco ao passado.

Em 1618, D. António de Atayde foi nomeado Capitão-General da Armada, sendo provido como general perpétuo. Conseguiu do Rei a permissão para que se criasse e fosse organizado na Marinha um Terço de Infantaria natural, cujo primeiro Mestre-de-Campo foi o Almirante, também a título perpétuo, D. Francisco de Almeida.

Da leitura das "Epanóforas de Vária História Portuguesa", da autoria de Dom Francisco Manuel de Melo, editadas em 1660, em Lisboa, à página 184, temos:

*"Antes de se constituir o Terço da Armada não houve em Portugal outras tropas que fossem organizadas em terço senão as que foram*

*levantadas para as ocasiões de campanha ou de ataque iminente."*

Assim, o "Terço da Armada" foi o primeiro corpo de infantaria constituído em Portugal, com caráter permanente. O seu uniforme é também o primeiro traje militar português conhecido.

Durante o período em que as Coroas de Portugal e Espanha estiveram juntas, passou a denominar-se "Terço da Armada da Coroa de Portugal". Após 1640, teve o seu nome alterado para "Terço de Fuzileiros da Armada Real da Coroa de Portugal". No reinado de Dom Pedro II, de Portugal, teve o seu nome tornado para "Terço da Armada Real do Mar Oceano".

Os custos do Terço da Armada eram pagos a partir de um imposto criado em 1592, e conhecido como "Consulado", cujo propósito era o de financiar as Armadas da Costa. Tal imposto era de três por cento nas alfândegas, e destinava-se a armar todos os anos uma armada grossa de doze galeões que pudesse guardar a costa e trazer seguras as frotas da Índia, do Brasil e das ilhas até Lisboa. Como podemos verificar, a idéia não é nova, com o mérito de bem defi-

nir a origem do recurso financeiro.

Dos primeiros combates do Terço da Armada, temos como o inicial a sua ação no Brasil, a partir de 29 de março de 1625, na reconquista da cidade de São Salvador da Bahia, em poder dos holandeses, a qual é concluída a primeiro de maio.

Em 1638, volta o Terço da Armada a combater os holandeses no Brasil, juntamente com os espanhóis.

Pelas "Novas Ordenanças" de 15 de novembro de 1707, de Dom João V, os antigos terços passariam a denominar-se regimentos, pelo que o "Terço de Fuzileiros da Armada Real da Coroa de Portugal" passou a denominar-se "Regimento da Armada Real".

Por decreto de 12 de setembro de 1754 é determinado pelo Rei Dom José I que *"se conceda a primazia ao Regimento da minha Armada Real, por haver sido o primeiro a tornar organização militar fixa neste Reino"*. Da mesma forma aconteceu no Brasil posteriormente.

Frederico Guilherme Ernesto, Conde reinante de Schaumburg, Conde e nobre senhor de Lippe e Stramburg, Marechal-General das

tropas do Rei Dom José I de Portugal, Cavaleiro da Ordem Real da Águia Negra, nascido em Londres em 24 de janeiro de 1724 e que faleceu em seus domínios no Condado de Lippe, em 1777, propõe e consegue, por decreto de 10 de maio de 1763, a criação de 1<sup>a</sup> e do 2<sup>o</sup> Regimento de Infantaria da Marinha.

Por decreto de 13 de dezembro de 1791, a rainha Dona Maria I cria o Regimento de Artilharia de Marinha.

A 28 de agosto de 1797, por Alvará de Dona Maria I, foi criada a Brigada Real da Marinha com as tropas dos então extintos Regimento de Artilharia de Marinha e dos dois Regimentos de Infantaria da Armada.

### No Brasil

A Brigada Real da Marinha era composta por três Corpos. Eram eles o Corpo de Artilheiros Marinheiros, o Corpo de Fuzileiros Marinheiros e o Corpo de Artífices e Lastradores Marinheiros.

Já ao desembarcar em terra carioca, a Brigada de Marinheiros Fuzileiros impressiona o povo quando desfilarando levava *"à frente a sua Música Marcial"*, com o

*tambor-mor impecável de aprumo a manobrar destramente o bastão de compasso. Os músicos de pancada, como então se chamava aos tocadores de tambor e de bombo, e os chapéus chineses com campainhas, deslumbraram os brasileiros, assim como os coloridos uniformes encarnados agalados a ouro e as barretinas de altos penachos escarlates, tão ao gosto do príncipe regente. E foi assim, desta profusão de cores, de penachos e galões de ouro, que os fuzileiros da Brigada receberam a alcunha de 'papagaios', nome que perdurou enquanto a Corte se manteve no Brasil"*, tal nos conta Alberto Cutileiro.

A primeiro de maio de 1808, o Príncipe Dom João assinou o manifesto declarando guerra à França. Em dez de junho, o Regente complementou este ato baixando um interessante Decreto, cujo original pertence ao acervo do Serviço de Documentação da Marinha (SDM) no Rio de Janeiro. O ataque à Guiana Francesa estava projetado desde a mudança da Corte, e tinha em mira fazer represália ao Governo francês em mãos de Napoleão Bonaparte, pela invasão de Portugal. As

preparações e ações duraram desde julho de 1808 até doze de janeiro de 1809, data da capitulação de Caiena. Isto permitiu à Coroa portuguesa exercer soberania sobre todo o território, até o rio Maroni, fronteira da então colônia com a Guiana Holandesa, hoje Suriname, até 17 de novembro de 1817, portanto, por mais de oito anos. A Marinha tomou parte no ataque com o brigue "Voador", sob o comando do Capitão-de-Fragata José Antonio Salgado; com o brigue "Infante Dom Pedro", sob o comando do Capitão-Tenente Luís da Cunha Moreira, brasileiro, mais tarde Almirante e Visconde de Cabo Frio; e trezentos homens da Brigada Real da Marinha, entre fuzileiros e artilheiros, portanto quase a metade da força que o Tenente-Coronel Manuel Marques e o Capitão-de-Mar-e-Guerra (Captain) James Lucas Yeo dispunham de 751 praças combatentes. Os fuzileiros da Brigada receberam citações pela ação levada a cabo.

Mal regressados do extremo norte do país, já têm os marinheiros fuzileiros de cumprir missão no extremo sul. É a ocupação da Banda Oriental. Nas operações de 1810-1811, uma força de 625 marinheiros fuzileiros, embarcados sob o comando do Conde de Viana, atuou nos combates no Rio Grande do Sul e Banda Oriente. Desembarcou à viva força em Maldonado e tomou parte nas operações em Cerro Largo e Paissandu, juntamente com as forças do exército comandadas pelo General Manoel Marques de Souza. Em 1816, um destacamento de marinheiros fuzileiros, sob o comando do mesmo Capitão-de-Mar-e-Guerra, Conde de Viana, atua contra Artigas, novamente nos combates de São Borja, São Gabriel, Colônia do Sacramento, Cerro Largo e no bloqueio de Montevideu. A presença da Brigada Real da Marinha em Maldonado é citada pelo Chefe-de-Divisão Rodrigo José Ferreira Lobo, em ofício de 23 de novembro de

1816, escrito a bordo da nau "Vasco da Gama", em uma campanha que a Marinha de Guerra atuou sozinha.

Outra ação em que os fuzileiros da Brigada tomaram parte foi a revolução nativista pernambucana, que durou de 6 de março até 23 de maio de 1817.

Em 1821, Dom João VI regressa a Lisboa. Deixa no Brasil o Corpo de Marinheiros Fuzileiros, ao serviço do Príncipe Dom Pedro, por considerá-lo força disciplinada e de confiança. Entre os que ficaram contavam-se dez oficiais das Companhias de Fuzileiros. Quase todos os elementos da "Música Marcial" da Brigada desejaram permanecer no Brasil.

Ainda em 1822, em 31 de agosto, o Príncipe Regente, resolveu, por Provisão, dar nova organização ao Corpo de Marinheiros Fuzileiros, passando a denominar-se Corpo de Artilharia da Marinha. Com esse nome chegaram os fuzileiros navais à independência política do Brasil. ●

(CONTINUA)